

Conciliação

> O "acesso à Justiça" é fundamental para que as pessoas possam reivindicar direitos e resolver conflitos. A conciliação é um método alternativo eficaz para resolver disputas de forma rápida e econômica, promovendo harmonização entre as partes. O conciliador, imparcial e neutro, desempenha um papel crucial ao instruir e orientar as partes rumo a um acordo. Atualmente, a conciliação busca não apenas um acordo, mas também a restauração das relações sociais e a humanização do processo, preservando a intimidade das partes sempre que possível. A Lei nº 13.105/2015 reconhece a figura do conciliador como auxiliar da Justiça, tornando-o uma parte essencial do sistema judiciário.

Justiça Comum

> A Justiça Comum no Brasil compreende a Justiça Federal e a Justiça Estadual. A Justiça Federal lida com casos envolvendo instituições federais e interesses da União, enquanto os Tribunais Regionais Federais (TRFs) tratam dos recursos e ações originárias. A Justiça Estadual abrange uma ampla gama de casos, excluindo aqueles das Justiças Especializadas e Federais. Os cidadãos têm acesso gratuito a justiça por meio da Justiça Gratuita, que dispensa taxas processuais para quem comprovar dificuldades financeiras (hiposuficiência).

Justiça Trabalhista

> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada em 1943, unificando as leis trabalhistas no Brasil. A necessidade de sua criação surgiu após a Revolução Industrial e a abolição da escravidão, motivando movimentos pelos direitos dos trabalhadores. A CLT estabelece diversos direitos, como jornada de trabalho, proteção contra demissão injustificada e benefícios como seguro-desemprego e férias remuneradas. A Justiça Laboral, composta por Tribunais Regionais do Trabalho e Juizes do Trabalho, resolve disputas entre empregadores e empregados. As ações trabalhistas podem ser apresentadas por meio da assistência jurídica, advogados particulares, núcleos de prática jurídica ou autonomamente. O acesso à Justiça é um direito universal, permitindo que qualquer trabalhador prejudicado busque reparação judicial, mas a falta de conhecimento pode prejudicar quem busca representar-se.

Arbitragem

Arbitragem é um método de resolução de disputas em que as partes concordam em aceitar a decisão de um terceiro imparcial, evitando a morosidade do sistema judicial. Na arbitragem, as decisões têm a mesma validade que as judiciais, porém o processo é conhecido por sua eficiência e adaptação a situações específicas. A arbitragem oferece benefícios como a rápida resolução de conflitos, procedimentos menos formais e preservação da privacidade das partes envolvidas.

Mediação

A Mediação oferece uma oportunidade voluntária para resolver conflitos, com profissionais capacitados para auxiliar na busca de acordos justos e colaborativos, levando em conta os interesses e objetivos das partes envolvidas. A Mediação Judicial ocorre no Primeiro e Segundo Grau, com prazos de prorrogação definidos pelo Centros Judiciários de Solução de Conflitos. O mediador atua com imparcialidade, orientando as partes no processo de busca por acordos.

Justiça Especial Cível

Os Juizados Especiais Cíveis são órgãos da Justiça Ordinária, criados para conciliação, processo, julgamento e execução das causas de menor complexidade e objetivam a prestação jurisdicional célere e a composição amigável dos conflitos, cujos valores não excedam 40 (quarenta) salários mínimos nacionais. Em casos de causas de até 20 (vinte) salários mínimos não se faz necessário constituir advogado.

Mais informações



Basta abrir a camera do seu celular e ler o **QR-CODE** acima para mais informações sobre o assunto.



Campanha da disciplina extensionista: TGD
3 semestre - Noturno Aguas Claras

Formas de Acesso a Justiça:



Judicialização ou meios
consensuais de resolu-
ção de conflitos